

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.363.107 - SP (2018/0237270-8)**

**RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**  
**AGRAVANTE : UNIÃO**  
**AGRAVADO : MARIA ALICE BRASIL FIUZA DE MORAES**  
**ADVOGADO : EDUARDO PIZA GOMES DE MELLO - SP084243**

**EMENTA**

**PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. ALTERAÇÃO DE LOCAL DE EXERCÍCIO. MUDANÇA DE RESIDÊNCIA EM CARÁTER DEFINITIVO. EXISTÊNCIA DE TRÊS DEPENDENTES. DESLOCAMENTO ANTERIOR AO ATO DE REMOÇÃO. AJUDA DE CUSTO. VALOR EQUIVALENTE A TRÊS REMUNERAÇÕES. EXIGIBILIDADE. AGRAVO CONHECIDO PARA, DESDE LOGO, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo em recurso especial interposto União Federal contra decisão da Corte de origem que não admitiu o recurso especial pelo teor da Súmula 7 do STJ.

O apelo nobre obstado enfrenta acórdão oriundo da 5ª Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, assim ementado (fls. 151-159):

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. ALTERAÇÃO DE LOCAL DE EXERCÍCIO. MUDANÇA DE RESIDÊNCIA EM CARÁTER DEFINITIVO. EXISTÊNCIA DE TRÊS DEPENDENTES. DESLOCAMENTO ANTERIOR AO ATO DE REMOÇÃO. AJUDA DE CUSTO. VALOR EQUIVALENTE A TRÊS REMUNERAÇÕES. EXIGIBILIDADE.

1. O legislador buscou compensar financeiramente o servidor que é submetido à mudança de domicílio em decorrência de alteração de seu local de trabalho, sendo que o valor da ajuda de custo é variável de uma a três remunerações, nos termos do regulamento (arts. 53 e 54 da Lei 8.112/90).
2. O Decreto 4.004/01 regulamentou a ajuda de custo e de transporte para servidores públicos federais, estabelecendo que a indenização por ajuda de custo tem como base a remuneração correspondente ao mês do deslocamento, e varia conforme o número de dependentes que o servidor possui.
3. No caso dos autos, a apelada demonstrou possuir três dependentes, porém estes teriam se deslocado para a nova residência antes da publicação do ato de remoção de ofício, razão pela qual a Administração entendeu ser devida a ajuda de custo equivalente a apenas uma remuneração mensal.
4. Não há qualquer previsão legal exigindo que a mudança de domicílio seja concomitante com a data de início do exercício, somente havendo disposição determinando a devolução das quantias pagas caso o servidor não se apresentar na nova sede no prazo de 30 (trinta) dias (art. 57 da Lei 8.112/90).
5. Exige-se, claramente, que a mudança de domicílio seja feita em caráter definitivo e tenha nexos causal com a alteração do local de trabalho do servidor no interesse da Administração, o que se verificou na espécie, não havendo sequer controvérsia quanto a tais fatos, até porque a indenização

foi paga à apelada, embora em valor inferior ao pleiteado.

6. Os honorários advocatícios sucumbenciais foram arbitrados em percentual razoável e adequado aos parâmetros estabelecidos no art. 20, §§ 3º e 4º do Código de Processo Civil de 1973.

7. Reexame necessário e apelação não providos.

Sem embargos de declaração.

O recorrente em suas razões alega violação do art. 535 do CPC/1973, correspondente ao art. 1.022 do CPC/2015, sob o argumento de que "não houve aplicação correta do direito federal versado" (fl. 166, e-STJ).

No mérito, alegam infringência aos arts. 54 da Lei n. 8.112/1990 e 7º e 8º do Decreto n. 4004/2001. Para tanto, argumenta, em síntese, que a causa de concessão do auxílio, em relação aos dependentes, deixou de existir, na medida em que a parte autora providenciou antecipadamente a ida dos filhos à nova cidade, "não fazendo jus, portanto, ao acréscimo do benefício destinado aos dependentes" (fl. 166, e-STJ).

Requerem ao final o provimento do recurso, para "anular ou reformar o acórdão recorrido, restaurando de forma plena a vigência dos artigos violados" (fl. 166, e-STJ).

Contrarrazões oferecidas às fls. 171-174.

Neste agravo afirma que seu recurso especial satisfaz os requisitos de admissibilidade e que não se encontram presentes os óbices apontados na decisão agravada.

Contraminuta às fls. 196-199.

É o relatório. Decido.

Na origem, cuida-se de apelação contra sentença que julgou procedente o pedido para condenar a União ao pagamento de ajuda de custos a servidora pública federal, no montante equivalente a três remunerações, em decorrência de remoção de ofício.

O acórdão recorrido manteve a sentença e rejeitou os argumentos da União ao fundamento de que, na espécie, a apelada demonstrou que possuía, ao tempo do deslocamento, três dependentes, fazendo jus à ajuda de custo equivalente a três remunerações mensais.

De início, a alegada violação do art. 535 do CPC/1973, equivalente ao art. 1.022 do CPC/2015, ao argumento de que a Corte local não se manifestou sobre a aplicação do direito federal versado, não merece prosperar, porquanto não se verifica nos autos do processo nenhuma decisão em embargos de declaração para infirmar tais alegações.

Em que pese o inconformismo do recorrente, não merece prosperar a alegada violação aos arts. 54 da Lei n. 8.112/1990 e 7º e 8º do Decreto n. 4004/2001, tendo em vista que o acórdão hostilizado decidiu a controvérsia nos seguintes termos (fls. 155/157):

A despeito dos argumentos tecidos pela apelante em suas razões recursais, entendo que a sentença deve ser mantida.

Conforme alegado e demonstrado durante o curso do processo, a apelada é ocupante do cargo de Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil, anteriormente em exercício na Delegaria da Receita Federal em Jundiá/SP e, a partir de outubro de 2007, manteve tratativas com vistas à remoção de ofício para a Alfândega do Aeroporto de Viracopos, tendo sido indicada pela chefia deste setor para a vaga a ser preenchida (fls. 14/19).

Diante da demora na formalização da remoção, e a fim de evitar a perda do ano letivo por suas duas filhas menores de idade, em fevereiro de 2008 a apelada resolveu efetuar a matrícula das crianças em colégio situado em Indaiatuba/SP e manteve, em caráter precário, duas residências, uma em

Jundiaí/SP, onde já morava, e outra em Itupeva/SP, onde pretendia residir definitivamente após a alteração de seu local de trabalho.

Posteriormente, em junho de 2008, foi formalizada a remoção de ofício, conforme já havia sido adiantado, através da expedição da Portaria RFB 907 (fl. 28). Com base nela, a apelada requereu ao órgão de origem a concessão da ajuda de custo, tendo sido deferida em valor correspondente a apenas uma remuneração mensal, ato contra o qual se insurgiu.

A manutenção da sentença que decidiu pela concessão do equivalente a três remunerações a título de ajuda de custo é medida que se impõe, tendo o Juízo a quo acertadamente entendido que:

(...)

De fato, não há qualquer previsão legal exigindo que a mudança de domicílio seja concomitante com a data de início do exercício, somente havendo disposição determinando a devolução das quantias pagas caso o servidor não se apresentar na nova sede no prazo de 30 (trinta) dias (art. 57 da Lei 8.112/90).

Exige-se, claramente, que a mudança de domicílio seja feita em caráter definitivo e tenha nexos causal com a alteração do local de trabalho do servidor no interesse da Administração, o que se verificou na espécie, não havendo sequer controvérsia quanto a tais fatos, até porque a indenização foi paga à apelada, embora em valor inferior ao pleiteado.

Refuto a alegação da apelante, baseada no art. 12 da Orientação Normativa nº 1 do MPOG, de que somente quando o deslocamento dos dependentes for posterior ao do servidor é que seria devida a ajuda de custo em relação a eles. O dispositivo em questão estabelece que, "na hipótese de o dependente não acompanhar o servidor quando do seu deslocamento, (..) a indenização de ajuda de custo possa ser paga quando do efetivo deslocamento do dependente", entretanto, tal previsão não pode ser interpretada a contrario sensu, de modo a entender-se que quando o deslocamento do dependente for anterior a ajuda de custo não é devida.

Rejeito igualmente o argumento de que o art. 15 da mesma Orientação Normativa proibiria o pagamento das três remunerações em caso de deslocamento prévio dos dependentes, tendo em vista que o dispositivo em questão apenas reproduz a norma contida no art. 57 da Lei 8.112/90, estabelecendo que, caso o servidor ou algum de seus dependentes não efetivarem o deslocamento no prazo de trinta dias a partir da concessão, a ajuda de custo deverá ser restituída.

Ademais, considero razoável que a apelada tenha mantido ambas as residências durante os quatro meses de demora até a expedição ao ato de remoção, para somente então estabelecer residência definitiva em Itupeva/SP.

A questão relativa à matrícula prévia das filhas da apelada em local próximo à nova sede também deve ser ponderada em seu favor, tendo ela manifestado desde logo sua preocupação a respeito da manutenção do ano letivo quando fora disponibilizada a remoção.

Como se denota, o acórdão concluiu pela legalidade do direito requerido pelo autor, uma vez que não se pode interpretar a norma legal de modo a entender que o deslocamentos do dependente, mesmo anterior a ajuda de custos, não seria devido o benefício.

No mais, é inviável em sede de recurso especial, por demandar reexame do acervo probatório, rever as circunstâncias fáticas que levaram o Tribunal de origem a concluir pela manutenção integral da sentença recorrida. Incidência do óbice da Súmula 7/STJ.

Ante o exposto, **conheço do agravo para, desde logo, negar provimento** ao recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 14 de fevereiro de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES

Relator

